O TERRITÓRIO COMO LÓCUS DA SEGURANÇA ALIMENTAR DAS MULHERES NEGRAS RURAIS

Silvane Magali Vale Nascimento

Resumo

O presente trabalho aborda a resistência das mulheres negras rurais pela preservação dos seus territórios com vistas à reprodução social das gerações que seguem. Nessa perspectiva, o território é concebido como espaço do patrimônio cultural e do legado de um povo, lugar de conhecimentos ancestrais e da garantia de atendimento às necessidades da pessoa humana como o direito à alimentação. O trabalho busca fundamentos em Milton Santos e outros autores/as para falar dos territórios como lugares em disputas. Em Vandana Shiva fundamentamos a tese das mulheres como guardiãs do patrimônio comunitário materializado no território. Em Angela Davis, entendemos que a luta das mulheres pelo território é transnacional.Os territórios são capturados pelo capital, e o são de diferentes formas e intensidades a depender dos interesses do capital. Dessa forma, ressaltamos que importa a compreensão de que a biodiversidade é fundamental para a acumulação capitalista.

Palavras chaves: territórios, segurança alimentar, mulheres negras.

Abstract

The present work addresses the resistance of rural black women for the preservation of their territories with a view to the social reproduction of the generations that follow. From this perspective, the territory is conceived as a space of cultural heritage and the legacy of a people, a place of ancestral knowledge and a guarantee of meeting the needs of the human person, such as the right to food. The work seeks foundations in Milton Santos and other authors to talk about territories as places in dispute. In Vandana Shiva we base the thesis of women as guardians of community heritage materialized in the territory. In Angela Davis, we understand that women's struggle for territory is transnational. Territories are captured by capital, and they are captured in different ways and intensities depending on the interests of capital. Thus, we emphasize that it is important to understand that biodiversity is fundamental for capitalist accumulation.

Keywords: territories, food security, black women.

1.INTRODUÇÃO

A fome é um fenômeno que acompanha a humanidade desde tempos mais remotos determinados em parte por situações oriundas da natureza, mas não só, se considerarmos que a fome também decorre das desigualdades sociais.

No Brasil, país de imensa tradição agrícola, a fome expressa o descaso do Estado para com o setor primário produtor de alimentos para a população. Na década de 1970 com o processo de industrialização da agricultura, a produção de alimentos volta-se para a exportação, elevando-se os produtos da cesta básica de forma desproporcional ao poder aquisitivo da população pobre. Além de ser disseminada na sociedade e especialmente junho aos agricultores familiares, a adesão ao pacote tecnológico subvertendo a compreensão sobre alimentação; essa passa a ser concebida na logica do que é moderno, na necessária condição de suplantar o atraso que supostamente era caracterizado pela agricultura familiar.

Dessa forma, os conhecimentos tradicionais no plantio, beneficiamento e todas as demais fases da produção alimentar por esses segmentos passam a ser desqualificados e estigmatizados diante de uma suposta “nova alimentação” que se apresenta. Nesse sentido, os investimentos do Estado se voltam para os alimentos da agroexportação relegando, por conseguinte, a agricultura familiar.

A agricultura familiar continuou em meio a todas as dificuldades a produzir alimentos para a mesa das famílias brasileiras. No campo e na cidade, o acesso aos alimentos se dá por meio da agricultura familiar que garante a produção para o autoconsumo, bem como para a comercialização, ainda que em pequena escala. A concentração fundiária marcou o Brasil desde a sua ocupação pelos portugueses deixando na exclusão do acesso a terra, a população negra recém “saída da escravidão”, bem como a população pobre em geral. Mas ainda assim para a população cunho acesso à erra foi possível por diversas formas, a produção de alimentos foi condição fundamental para a reprodução e resistência.

O processo de modernização e de industrialização da agricultura promoveu a concentração e centralização da produção de alimentos em mãos de um grupo cada vez menor de empresas (Stédile, Sergio Schneider). Dessa forma, a ideologia do consumo alimentar desde os anos de 1960 alicerça-se em torno dos alimentos industrializados como marca do que é moderno em oposição às culturas alimentares tradicionais. Mas desde os anos de 1970, começa a ser construído um contra discurso a essa ideologia e comportamento.

Esse foi um longo processo denominado como “rompimento do complexo rural” (GRAZIANO, 2003) e visava impulsionar o mercado interno brasileiro possibilitando o surgimento de consumidores para os produtos industrializados nascentes e consistia também na industrialização da própria agricultura. Sobre a questão, afirma Graziano que nesse processo de industrialização da agricultura iniciado nos anos de 1960,

> A agricultura já perdera a autossuficiência de que dispunha no complexo rural para produzir os próprios meios de produção de que necessitava e os bens de consumo final; já deixava de produzir valores de uso para se dedicar a uma atividade específica, determinada, que produz mercadorias, ou seja, valores de roca. E agora, a agricultura passa a funcionar como se ela fosse ela mesma uma indústria de um ramo qualquer da produção: ela não apenas compra a força de trabalho e os insumos que necessita de certas indústrias como também vende seus produtos, os quais se converteram, em sua grande maioria, em matérias-primas para ouras indústrias (GRAZIANO, 2003 p.90).

Ressalta Graziano (idem) que somente quando o Brasil desenvolveu internamente o setor produtivo de bens de capital e insumos para a agricultura, a modernização reuniu condições para deslanchar de forma definitiva. Assim, na década de 1970, o Brasil diminui de forma significativa a importação de bens de capital, a exemplo de tratores, ao passo que cresceu a oferta desses produtos internamente. Mas como observa esse autor, a modernização da agricultura brasileira era regionalmente desigual e excludente. E também parcial: “[...] no sentido de que não atinge todas as fases dos ciclos produtivos dos principais produtos agrícolas],(Graziano, 2003, p. 95)” Quem em e quem não tem acesso à modernização: quem tem condições de “modernizar-se”?

Eis uma questão fundamental a ser observada naquele momento e cujas consequências mostraram-se ao longo dos anos aos dias atuais.

A produção de alimentos no curso da modernização da agricultura a deixava a maior parte da população brasileira, sem acesso satisfatório aos alimentos básicos, uma vez que os alimentos encareciam à medida que o processo produtivo assemelhava-se cada vez mais ao ciclo da produção industrial. Os preços dos alimentos obedeciam a partir de então, a uma lógica de produção e comercialização diferenciada do que havia até então. Dessa forma, a falta de alimentos anteriormente e/ou a priori diagnosticada como um problema central mostrasse como consequência de uma nova dinâmica sob o comando do capital industrial e do capital financeiro.

Observa SILVA (2008),

> a evolução desse processo se configura no aparecimento e na consolidação dos chamados *complexos agroindustriais* como pressuposto de um lado, a indústria para a agricultura e de outro, a agroindústria processadora (SILVA, p. 91).

O período da modernização da agricultura ocorre conjuntamente à urbanização da sociedade brasileira, dessa forma, a dinâmica migratória rural-urbano também impactou fortemente a produção de alimentos; sobretudo quando se considera a saída de jovens do campo, mas merece destaque ainda, a queda na produtividade, essa por sua vez, decorrente de fatores como a deterioração da fertilidade da terra resultando na baixa produtividade, assim como também cabe destacar, as mudanças nos hábitos alimentares. Nessa complexidade, é relevante falar do tratamento desigual e secundário dada pelo Estado à agricultura familiar fazendo cair a produção de alimentos no país.

Nesse contexto, diversas análises de governos e intelectuais no Brasil no inicio do século XX indicavam que a pequena produção agrícola era cada vez menos responsável pela produção de alimentos. Em contrapartida, o argumento dessas análises apresentava a denominada grande produção como aquela em condições de produzir alimentos em larga escala, e sendo efetivamente, a produtora de alimentos. Autores como Graziano (2003) apresentava essa tese como fundamental para a compreensão dos papéis desempenhados pela pequena produção e a intervenção do Estado.

O Estado criou o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) com vistas ao fortalecimento desse segmento e à sua inserção na dinâmica do desenvolvimento do capital. Inserção essa relacionada à internacionalização do capital, como observa SILVA (idem). Nessa dinâmica da modernização da agricultura estavam as transnacionais interessadas nos empresários e grandes proprietários de terras que surgiam no campo (potenciais consumidores da indústria para a agricultura) como destaca Silva (idem). O Estado financiava infraestrutura e alicerçava e outros apoios por meio do sistema de crédito. No contexto de uma modernização seletiva concentradora e parcial como já mencionado, a modernização/industrialização da agricultura foi especialmente danosa à natureza, tal como já vinha ocorrendo em todo o planeta. A supremacia da ciência e da tecnologia em detrimento dos conhecimentos tradicionais foi um dos fundamentos centrais do capitalismo, como demonstra Shiva (1991). Nesse sentido, o controle da natureza tornava-se cada vez mais, condição da modernização da agricultura.

Controlar a natureza, controlar territórios, controlar e disciplinar corpos. Sob esses argumentos e comportamentos, naturalizou-se a exploração da natureza para o lucro em detrimento da vida, assim, a segurança na produção de alimentos passou a ser secundarizada e a fome tornou-se um fenômeno presente nas sociedades tecnificadas e modernas. A Agricultura moderna não produz alimentos, apesar do discurso comumente propagandeado de que o faz. O complexo indústria-agricultura produz mercadorias: alimentos para quem pode comprar.

A padronização de alimentos hierarquiza o consumo alimentar cada vez mais; contudo, ainda assim, existe uma massificação ideológica do consumo alimentar que se ancora no consumo do alimento industrializado e nos faz parecer consumidores iguais. De um modo geral, o excesso de agrotóxicos e outros insumos, garantiu a consolidação da indústria de alimentos, o que fez com que a quantidade de alimentos nem sempre significasse a sua qualidade, uma vez que nessa dinâmica a soberania alimentar dos países representa cada vez menos.

Assim, dominar os territórios tornou-se fundamental, o que significa dizer que a tecnologia não dispensa a terra e os demais recursos naturais existentes nos territórios, ao contrário. Nesse sentido, importa considerar o Maranhão e suas particularidades. Tendo presente que a modernização da agricultura se voltou mais especificamente para o eixo Centro-Sul do país, as regiões Sul e Sudeste ficaram secundarizadas, porém, inseridas no âmbito da acumulação do capital.

Assim, a terra, os recursos hídricos e outros elementos da natureza são apropriados pelo capital em disputas e geram conflitos com trabalhadores/as nesses territórios. O Maranhão composto por diversos biomas, com uma rica biodiversidade, concorre com o capital na economia de enclave que se reatualiza na dinâmica de acumulação capitalista no estado.

Nesse trabalho apresentamos como tese central “as mulheres como guardiãs dos territórios”. O território se constituiu um patrimônio individual e coletivo para essas mulheres (NASCIMENTO, 2011); por essa razão, o termo comunidade traz em si um significado do todo das vivências ali incorporadas e volta-se para o passado, presente e futuro das pessoas daquele lugar. As mulheres são expropriadas do lugar de produtoras. No caso das comunidades tradicionais, e aqui especificamente das comunidades quilombolas, as mulheres lutam pelo lugar do trabalho e da vida: as memorias, histórias, os sagrados, a natureza se entrelaçam e fazem dos territórios espaços de vida. Quando ampliamos o olhar sobre o território para apreendê-lo para além das comunidades, ainda assim, as mulheres, quando oportunizadas, conseguem vê-lo para na perspectiva da vida relacionando-o às diversas dimensões do cotidiano social. Refiro-me à perspectiva apontada por Milton Santos (idem), mas não observada detidamente por todos/as: a sociedade exerce permanentemente um dialogo com o território, compreendendo cada momento histórico dessa relação. No caso das mulheres negras, os territórios no passado e no presente desafiam a sua reprodução social continuamente.

Essa é a relação estabelecida entre as mulheres, os territórios e a segurança alimentar. O alimento também como patrimônio, como herança, como legado.

2. A POLITICA PÚBLICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL

A Politica Pública Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional brasileira (PNASAN), foi implantada no Brasil em 2006, por meio da LEI Nº 11.346 DE 15 DE SETEMBRO DE 2006 que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Esse se constitui um marco na história do Brasil: a fome ocupando a agenda de Estado.

Desde a Primeira Guerra Mundial, a fome tornou-se um desafio para vários países, produzir os próprios alimentos era condição para a segurança das fronteiras, mas foi no contexto do Pós Segunda Guerra Mundial que o mundo passou a viver o desafio da fome mais imensamente. Por essa razão, em 1943 surgiu o órgão das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação-FAO, a partir de um encontro entre governos de 44 países. A FAO se estabeleceu como agência das Nações Unidas. Desde então, a fome permaneceu como um desafio para muitos países, embora nem todos os governos tenham considerado tal desafio como vital nas suas gestões. Assim, o século XX viveu o paradoxo do desenvolvimento tecnológico com impactos sobre a agricultura, com inventos tecnológicos a recriar e condicionar a natureza. Muitas conquistas, mas também muitos condicionantes existiram nesse processo; contudo, importa entender que a produção de alimentos cresceu, não existiu falta de alimentos e sim, a falta de condições de acesso à alimentação. Em elação à disponibilidade de alimentos, Silva (2008), afirma que "a disponibilidade constitui uma condição necessária, porém, insuficiente para garantir o acesso, que é um requisito da segurança alimentar" (SILVA, p. 47).

Conferências Internacionais ampliaram o debate sobre a fome como discussão necessária para evitar conflitos sociais. Mas a fome continuou a compor o agravamento das desigualdades sociais: expropriação, exploração e dominação sustentavam a fome como expressão da questão social. A acumulação do capital no campo se desenvolve sob a dinâmica da

centralização e concentração que tem como principio apropriar-se dos meios de produção, que passa a se expressar sobre a dominação do próprio território.

No Brasil, a relação capital-trabalho era reveladora de uma sociedade que expropriava camponeses de suas terras ou empobreciam os territórios com mega projetos agropecuários, extrativistas, mineradores etc. impactando fortemente os territórios de vida. Os conflitos no campo a partir da metade do século XX evidenciavam o recrudescimento do capitalismo e da contradição: faltava alimentos para aqueles/as mais próximos dos recursos naturais, mais próximos da convivência com a natureza e que por muito tempo mantiveram autonomia na produção e consumo de alimentos.

A divisão social imposta ao campesinato trazia a marca do patriarcado, do desagregamento geracional e da redução do conhecimento. As mulheres destituídas do seu lugar de produtoras, geradoras e disseminadoras de conhecimentos são reduzidas ao espaço da casa e sem reconhecimento desse trabalho também interligados ao trabalho produtivo. Nesse sentido, a fome também se tornava um “problema para as mulheres resolverem por meio das alternativas domésticas, familiares e comunitárias”.

Os sistemas produtivos sob a sua responsabilidades foram reduzidos a extensão do trabalho doméstico e a sua participação nos sistemas maiores: roçados, pecuária etc. denominados de “ajuda” à unidade de produção familiar.

Shiva ao tratar da pilhagem da natureza e do conhecimento, diz:

> A continuidade entre a regeneração da natureza humana e a regeneração não-humana, que é a base de todas as concepções antigas do mundo, foi quebrada pelo patriarcado [...] a criatividade tornou-se o monopólio dos homens que eram considerados responsáveis pela produção; as mulheres ocupavam-se apenas da reprodução ou recreação que, em vez de serem tratadas como produção renovável, eram vistas como não-produtivas (2001, p. 67-8).

A natureza à serviço do homem e à luz da tecnologia não conseguia aplacar a fome. E essa era um símbolo ostensivo das desigualdades em uns pais cada vez mais abismal.

No processo de redemocratização do Brasil, a sociedade coloca a necessidade premente da atenção ao campo, da atenção a milhares de

trabalhadores/as que ali viviam e ali produziam o alimento do campo e da cidade apesar da ausência do Estado e das contradições existentes. Nesse contexto surgem debates em torno da produção de alimentos saudáveis em contraposição à industrialização da agricultura e da produção de alimentos prejudiciais à saúde humana. Proposta como a agroecologia surge no bojo dessas elaborações.

Os conceitos de Segurança alimentar e nutricional e Soberania alimentar passam a compor as pautas de debates, dando orgem aos conceitos:

- Segurança alimentar: A família/domicílio tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais;
- Insegurança alimentar leve: Preocupação ou incerteza quanto acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos;
- Insegurança alimentar moderada: Redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos;
- Insegurança Alimentar grave: Redução quantitativa de alimentos também entre as crianças, ou seja, ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre todos os moradores, incluindo as crianças.

No governo Lula é criado o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. União, estados e municípios assumem compromissos de pactos federativos em torno da fome, Contudo, questões estruturais permaneciam à margem desse debate.

3. AS MULHERES NEGRAS RURAIS: A SEGURANÇA ALIMENTAR NAS PRÁTICAS E RESISTÊNCIAS ANCESTRAIS QUILOMBOLAS

As mulheres negras rurais quilombolas reproduzem a ancestralidade em todas as dimensões cotidianas, e mesmo em meio às transformações no campo que indicam novas ruralidades, as mulheres mais jovens recriam-se na reafirmação das identidades oriundas de um

processo de reafirmação de pertencimentos étnicos raciais. Novos meios e formas de permanências anunciam-se; longe de serem rupturas são reafirmações.

Se no inicio do século XXI, o Brasil viveu a efervescência de uma intensa luta contra a fome, visibilizando o tema. ainda que muitas lacunas fossem evidenciadas, o Brasil vivencia hoje um processo que de forma grosseira denominaríamos de marcha ré: retrocede. A fome recrudesceu na pandemia na qual o planeta ainda se insere e o campo/espaço rural foi o mais impactado com o fenômeno. A agricultura familiar tem perdido condições de produzir, contudo em um processo de resistência é o segmento que coloca alimentos na mesa da sociedade brasileira.

Conforme a Pesquisa de Orçamentos Familiares POF 2017 – 2018, dos 68, 9 milhões de domicílios estimados para o Brasil, 59,4% milhões estavam na área urbana e 9,5% estavam na área rural.

Em relação ao urbano:

- 64,9 domicílios estavam na condição de segurança alimentar;
- 23,5% domicílios estavam na condição de insegurança alimentar leve;
- 7,5% domicílios estavam na condição de segurança alimentar moderada;
- 4,1% domicílios estavam na condição de insegurança alimentar grave

  Em relação ao Rural:
- 53,6% domicílios estavam na condição de segurança alimentar;
- 27,2% domicílios estavam na condição de insegurança alimentar leve;
- 12,2% domicílios estavam na condição de segurança alimentar moderada;
- 7,1% domicílios estavam na condição de insegurança alimentar grave

NA MESMA PESQUISA EM RELAÇÃO À PESSOAS DE REFERÊNCIA POR SEXO:

HOMENS:

SEGURANÇA ALIMENTAR: 6,1%
SEGURANÇA ALIMENTAR LEVE: 54,%
SEGURANÇA ALIMENTAR MODERADA: 50,1%
SEGURANÇA ALIMENTAR GRAVE: 48,1%

MULHERES:

SEGURANÇA ALIMENTAR: 38,6%
SEGURANÇA ALIMENTAR LEVE: 45,6%
SEGURANÇA ALIMENTAR MODERADA: 49,9%
SEGURANÇA ALIMENTAR GRAVE: 51,9%

Percebemos pelos dados apresentados que as mulheres são sujeitos em potencial da fome e também sobre as mesmas pesam os cuidados com os membros das famílias em situações determinantes para que a fome se manifeste: acesso às condições sanitárias, à produção de alimentos, ao trabalho e geração de renda, às politicas de assistência social com os benefícios sócias daí oriundos etc.

Quando a situação de segurança e insegurança alimentar se refere a cor e raça, a pesquisa mostra que a mulheres negras são as mais afetas, quando consideramos pretos e pardos como negros/as, vejamos:

MULHERES BRANCAS:

SEGURANÇA ALIMENTAR: 51,5%
SEGURANÇA ALIMENTAR LEVE: 34,2%
SEGURANÇA ALIMENTAR MODERADA: 26,5%
SEGURANÇA ALIMENTAR GRAVE: 24,7%

MULHERES PRETAS:

SEGURANÇA ALIMENTAR: 10,0%
SEGURANÇA ALIMENTAR LEVE: 14,2%
SEGURANÇA ALIMENTAR MODERADA: 15,7%
SEGURANÇA ALIMENTAR GRAVE: 15,8
MULHERES PARDAS:

SEGURANÇA ALIMENTAR: 36,9%
SEGURANÇA ALIMENTAR LEVE: 50,7%
SEGURANÇA ALIMENTAR MODERADA: 56,6%
SEGURANÇA ALIMENTAR GRAVE: 58,1%

As mulheres negras rurais aqui referidas pertencem às áreas impactadas pela monocultura de soja no Leste maranhense, mais precisamente no município de Brejo e os estudos foram realizados de 2012 a 2013 por meio da pesquisa: RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO:

mulheres recriando o cerrado na Mesorregião Leste maranhense em meio à monocultura de soja com o apoio do CNPq. E o presente trabalho também traz a realidade de mulheres quilombolas do Território Baixada Ocidental Maranhense por meio da pesquisa: Território e Desenvolvimento Rural com Gênero: uma experiência de pesquisa-ação na Baixada Maranhense realizado no período de 2015 a 2016 também com apoio do CNPq.

Nas comunidades quilombolas do municio de Brejo, as mulheres estão inseridas nos espaços de debates e ações em defesa dos territórios e colocam de forma ora tímida, ora mais audazes, os impactos da soja nas suas vidas de produtoras e nos seus trabalhos de cuidadoras da família e das comunidades e qual tem sido a importância desse trabalho. Acenam para o poder público local, para o Estado e para a sociedade, incluindo aí as suas próprias organizações como o STTR, as quais submersas na luta pelo território e a vida das mulheres, a relação dessas mulheres com o cerrado e toda a biodiversidade perdida, com as heranças do legado de parentes quilombolas que fazem do lugar o território de vida e como essa reprodução desses patrimônios contam com a presença dessas mulheres. Os alimentos e a relação com o cerrado, com a chapada. A condição de produzir o alimento em muitos aspectos depende da chapada em pé, repetem sempre essas mulheres. Porém, compreender essas interrelações, compreendendo o lugar e papel que desempenham e as interrelações entre a casa e o território, o território comunidade município etc. perceber essas escalas e se perceber nelas ainda se constitui um desafiante aprendizado para muitas dessas mulheres, lembrando que a luta é transnacional como diz Davis (2018).

Em relação às mulheres negras rurais do Território Baixada Ocidental Maranhense, diferentemente do Leste Maranhense não enfrentam ainda os grandes projetos de monoculturas, embora em tempos mais recentes, alguns experimentos já surjam nesse território. Mas a imensa pobreza de alguns municípios no território coloca às mulheres negras o desafio de tornar o território um espaço de conquistas de politicas públicas para gerar melhor produção e consequentemente, renda. Assim, as feiras da agricultura familiar

têm se constituído espaço predominante da participação dessas mulheres com vistas ao aumento da renda e dessa forma, garantir que alimentos saudáveis estejam à sua disposição e dos municípios; por essa razão, a interlocução dessas mulheres com a gestão publica estadual e municipal é focada na implementação de assistência técnica e insumos para a produção de alimentos para a venda e autoconsumo.

Cabe ainda ressaltar que a garantia do acesso à terra sempre foi condição fundamental para o êxito da politica de segurança alimentar e nutricional; daí para as mulheres negras rurais quilombolas esse é uma questão fundante para pensar a politica pública de segurança alimentar e nutricional com a necessária transversalidade.

4. CONCLUSÃO

A fome é construção social e não desígnios da natureza, nesse sentido, o combate à sua existência exige determinação dos poderes constituídos para atuarem nessa perspectiva.

No Estado capitalista não interessa a fome intocada, pois desde sempre os governos nacionais buscam atenua-la com vistas a evitar convulsões sociais, porém, as questões estruturais permanecem inalteradas a exemplo da concentração fundiária. Para o campo, a segurança alimentar passa pela condição de produzir alimentos em condições dignas, o que implica justiça, autonomia e condições propicias para o trabalho e consumo, o que por sua vez, caminha em direção ao acesso e convivência sustentável com o meio ambiente.

As comunidades negras rurais quilombolas, assim como as terras indígenas tem sido desqualificadas e desconsideradas em suas trajetórias de lutas e conquistas em meio a avanços e recuos desde o processo de democratização do pai, contudo vale dizer, o Estado nacional nunca tinha desde esse período retrocedido tanto frente às conquistas já efetivadas em relação aos territórios indígenas e quilombolas. Obviamente, muito ainda se tinha por fazer, embates foram muitos, porém, inegavelmente há um lastro de conquistas que precisa seguir avançando.

As mulheres negras rurais quilombolas, conquistaram visibilidade, espaços e materialidade nessas lutas. São evidentes as suas lutas macro e micro políticas na garantia dos seus territórios e de diversas formas tornam-se guardiãs desse patrimônio para as gerações futuras. Essas mulheres constituíram-se em sujeitos das gestões dos territórios, contudo, esse espaço ainda fica "escondido" nas tarefas cotidianas, fragmentadas e hierarquizadas dentro e fora das comunidades. Mas as mulheres Negras Rurais Quilombolas têm se mostrado como sujeitos políticos desse processo, ainda quando não se mostram como tal. Há um fazer cotidiano sub-reptício que constrói alternativas para a segurança alimentar e nutricional, a ser explorado pela Politica Pública da qual tratamos aqui de forma amais especifica. A astronomia quilombola que se reproduz oralmente, os alimentos que saem do quintal, o entrecruzamento entre rocado e demais sistemas de produção são elementos de uma biodiversidade a ser buscada para compor o desenho das politicas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Disponivel em http://www.planalto.gov.br › ccivil_03 › _ato2004-2006. Acesso em 01 de agosto de 2021.

DAVIS, ANGELA. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo, Boitempo, 2018;

NASCIMENTO, SILVANE MAGALI VALE NASCIMENTO. **REPRODUÇÃO DO CAMPESINATO EM BREJO (MA) E A PARTICIPAÇÃO DAS AGRICULTORAS FAMILIARES CAMPONESAS FRENTE À EXPANSÃO DA MONOCULTURA DE SOJA**: DUAS LÓGICAS DE DESENVOLVIMENTO. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (TESE DE DOUTORADO), SÃO LUÍS/MA, 2011.

NASCIMENTO, SILVANE MAGALI VALE NASCIMENTO, ROCHA, LOURDES DE MARIA LEITÃO NUNES, GOMES, FERNANDA DE CÁSSIA R. et all. **RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO**: mulheres recriando o cerrado na Mesorregião do Leste Maranhense em meio à monocultura de soja no

município de Brejo (Relatório de Pesquisa). São Luís, CNPq/UFMA/GERAMUS, 2013.

NASCIMENTO, Silvane Magali Vale, GOMES, Fernanda de Cássia Rodrigues, Nilma Angélica dos Santos et all. "Território e Desenvolvimento Rural com Gênero: uma experiência de pesquisa-ação na Baixada Maranhense". Relatório de Pesquisa, São Luís, São Luís, CNPq/UFMA/GERAMUS, 2018.

SEABRA, Odete; CARVALHO, Mônica de; LEITE, José Correa.Território e Sociedade. Entrevista com Milton Santos. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2009.

SHIVA, Vandana. Abrazar la vida. Mujer, ecologia y supervivencia. Montevideo, Instituto Del Tecer Mundo, 1991.

SHIVA, Vandana. Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2001.

SILVA, José Graziano da. Tecnologia e Agricultura Familiar. Porto Alegre. Editora da UFRGS. 2003.

SILVA, Jose de Ribamar Sá. Segurança alimentar, produção agrícola familiar e assentamentos de reforma agrária no Maranhão. São Luís, EDUFMA, 2008.

.